

RECONHECIMENTO, IDENTIDADE E MUSICOTERAPIA – PENSANDO SOBRE OS 20 ANOS DA REVISTA BRASILEIRA DE MUSICOTERAPIA

RECOGNITION, IDENTITY AND MUSIC THERAPY - CONSIDERATIONS ABOUT THE 20TH BIRTHDAY OF REVISTA BRASILEIRA DE MUSICOTERAPIA (MUSIC THERAPY BRAZILIAN JOURNAL)

Marco Antonio Carvalho Santos¹

Resumo - A Revista Brasileira de Musicoterapia (RBM) foi criada ao mesmo tempo que a União Brasileira das Associações de Musicoterapia em 1995, embora o seu primeiro número tenha sido publicado em 1996. O presente artigo apresenta aspectos da trajetória da publicação e discute seu papel no processo de construção da identidade dos musicoterapeutas e na sua luta por reconhecimento. Charles Taylor e Axel Honneth são as principais referências teóricas deste artigo em relação aos temas de identidade e reconhecimento.

Palavras-Chave: musicoterápica, Revista Brasileira de Musicoterapia, identidade profissional, reconhecimento.

Abstract - The creation of the Music Therapy Brazilian Journal comes along with that of the Brazilian Union of Music Therapy Associations in 1995, its first issue has been published in 1996 though. This article presents aspects of the publication and discusses its role in the process of construction of music therapists' identity and their struggle for recognition. Both Charles Taylor and Axel Honneth are the main theory references regarding identity and recognition.

Keywords: Music Therapy; Music Therapy Brazilian Journal; professional identity; recognition.

¹ Musicoterapeuta (CBM), mestre e doutor em Educação (UFF), pesquisador da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio/Fiocruz/ MS Saúde Joaquim Venâncio/Fiocruz/MS.

Revista Brasileira de Musicoterapia - uma trajetória de 20 anos

A Revista Brasileira de Musicoterapia (RBM), que teve seu primeiro número publicado em 1996, foi criada no mesmo momento da fundação da União Brasileira das Associações de Musicoterapia (UBAM): em outubro de 1995, durante o VIII Simpósio Brasileiro de Musicoterapia, em São Paulo.

A Revista foi concebida como parte de um movimento nacional destinado a fazer avançar a carreira de musicoterapia no Brasil. Se à UBAM se destinava a tarefa de articular os esforços das diversas associações de musicoterapia, à revista caberia ampliar o intercâmbio entre profissionais e estudantes, dar mais visibilidade acadêmica à carreira, promovendo a divulgação de estudos e pesquisas dos musicoterapeutas. É importante lembrar que, na ocasião, havia cursos de musicoterapia em apenas três estados do país: Rio de Janeiro, São Paulo e Paraná. Procurando analisar o contexto da época, no texto apresentado durante o simpósio de 1995, escrevi:

Cabe considerar que uma carreira não se constitui socialmente a partir da simples vontade dos seus membros, mas através de um intrincado processo pelo qual se torna conhecida, tem a sua necessidade reconhecida por setores expressivos da sociedade, até se tornar, por fim, objeto de um certo “consenso” social (SANTOS, 1996, p. 44).

Naquele período já eram frequentes os debates e algumas iniciativas haviam sido tomadas em favor da regulamentação da profissão. Quando as associações discutiam o reconhecimento da musicoterapia como uma profissão no campo da saúde, ficava clara a necessidade de um grande esforço coletivo. À tarefa não bastavam iniciativas isoladas dos musicoterapeutas de um ou outro estado. No texto citado acima, destacava que “sem pesquisa, publicações e um esforço de qualificação acadêmica de uma parte dos seus profissionais a musicoterapia não alcançará reconhecimento junto à comunidade científica” (SANTOS, 1996, p. 45). Assim, a revista surge juntamente com a UBAM num

Revista Brasileira de Musicoterapia - Ano XVIII nº 20 ANO 2016.
SANTOS, M.A. Reconhecimento, identidade e musicoterapia – pensando sobre os 20 anos da Revista Brasileira de Musicoterapia. (p.8-23)

movimento de aprofundamento da articulação entre as diversas entidades estaduais de musicoterapia que incluía a criação de um veículo nacional para o intercâmbio e debate teórico.

Superar a ausência de uma publicação nacional que desse visibilidade à produção dos musicoterapeutas foi considerada pelos representantes das associações que se reuniram para criar a UBAM como um passo importante na consolidação da carreira, um trabalho a ser desenvolvido pela nova entidade. Manter uma publicação nacional não foi, no entanto, uma tarefa simples. Para uma categoria pouco numerosa não era fácil enfrentar dois problemas envolvidos numa revista nacional: a necessidade de garantir material científico para o periódico e os recursos que viabilizassem a sua impressão e distribuição. Ficou definido na reunião das associações que os dois primeiros números da revista deveriam conter os textos das conferências e mesas redondas apresentados no VIII Simpósio. Com isso ficava garantido material científico para os primeiros números da publicação. A coordenadora do curso de musicoterapia da UNAERP, Profa. Maria Helena Curi, e a diretora do CBM, Profa. Cecília Conde, se comprometeram a adquirir, respectivamente, 200 e 50 exemplares para cada instituição tornando viável a impressão dos primeiros números.

Os primeiros dois números saíram no ano de 1996 contendo os trabalhos apresentados no VIII Simpósio e, no segundo, foi incluído um texto do psiquiatra e musicoterapeuta argentino Dr. Rolando Benenzon que discutia um artigo publicado no primeiro número, além da definição de Musicoterapia da Federação Mundial de Musicoterapia, aprovada em 1996 e veiculada em Hamburgo, durante o VIII Congresso Mundial de MT.

O terceiro número da RBM (1997) trouxe, além de artigos, resumos de monografias elaboradas por alguns alunos da primeira turma do Curso de Especialização em Musicoterapia da Universidade Federal de Goiás, uma entrevista com Kenneth Aigen (então Diretor de Pesquisa do *Nordoff-Robbins Center*, NY), e resumos de dois eventos: um Seminário sobre Formação de

Musicoterapeutas, realizado no Rio de Janeiro, que contou com a participação de representantes do Rio de Janeiro, Paraná, São Paulo, Goiás e Minas Gerais e o IV Foro Rioplatense de Musicoterapia, realizado em Montevideu (Uruguai). A RBM procurava veicular além de artigos, textos que registrassem movimentos significativos da carreira.

Publicado em 1998, o quarto número da RBM apresentou artigos de três musicoterapeutas que haviam concluído mestrado, dois deles nos EUA. Algumas dificuldades começavam a surgir ameaçando a continuidade da publicação. De um lado, poucos artigos estavam sendo enviados para publicação e, de outro, as associações tinham dificuldades para garantir a distribuição de um número de exemplares que cobrisse os custos de impressão e distribuição. A publicação foi interrompida e o número 5 da RBM só veio à luz em 2001. O Editorial do nº 5 registra a criação da página da UBAM na internet e afirma que “desde 1998 não se lança uma nova edição”. A entidade aparentemente não considerou necessário ou oportuno comentar a interrupção da publicação.

A retomada da publicação em 2001 não representou imediatamente a sua estabilização. Os números 5 e 6 saíram em 2001 e 2002, mas o 7 só apareceu em 2004, o 8 em 2006 e o 9 em 2009. Nos anos seguintes, 2009, 2010 e 2011, saíram números anualmente e a partir de 2012 a RBM passou a publicar dois números anualmente, passando, em 2013, a ser inserida no Portal de Periódicos da Capes e no sistema regional de informação online para revistas científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal (LATINDEX). Em 2012 a revista é lançada em espaço virtual próprio. O site da RBM informa que a Capes avaliou a publicação e que sua pontuação passou de B5 para B2 referente aos anos de 2013 e 2014.

Além da regularização da periodicidade da publicação, alguns passos importantes na consolidação da RBM merecem ser registrados. Os primeiros quatro números não indicavam responsáveis pela publicação, mas apenas os

nomes dos membros do Secretariado da UBAM. Em 2002, ficou registrado no nº 6 que a publicação passava a contar com um Conselho Editorial composto por seis membros. Além disso, a revista apresentava, no Expediente, os nomes da sua editora, revisoras e a responsável pela editoração eletrônica. No nº 7 o Expediente se ampliou com a inclusão de uma editora assistente e de uma Consultoria Técnica composta por três membros.

Progressivamente novos nomes foram incluídos no Conselho Editorial que passou a contar com 14 membros no nº 9 (2009) e, ainda neste número, em lugar de uma Consultoria Técnica, a RBM instituiu uma Comissão Editorial com três membros que substituiu a Consultoria Técnica. Houve mudanças ao longo dos anos na composição dos quadros da revista, mas desde 2009 a sua estrutura se mantém com uma Editoria, Comissão Editorial e Conselho Editorial.

Estudos sobre os textos publicados poderão contribuir para traçar um perfil da Musicoterapia no Brasil, analisando as áreas de atuação onde se concentra o trabalho clínico, as linhas teóricas e as metodologias mais empregadas na clínica e na pesquisa, as concentrações de autores em instituições e regiões. As interrupções e retomadas da publicação também dizem muito sobre a organização da categoria e das suas prioridades. O crescimento do número de profissionais e do número de musicoterapeutas com titulação de mestres e doutores, a abertura de cursos em instituições públicas, em especial Universidades Federais, criou uma nova e maior pressão por publicações científicas especializadas que ainda não existia nos primeiros anos da RBM. Enfim, estes são alguns aspectos do desenvolvimento do campo em nosso país que podem ser melhor compreendidos a partir de uma análise sistemática da publicação e dos seus contextos. Não se trata de trabalho fácil de realizar e certamente ultrapassa as possibilidades deste artigo, embora se apresente como tarefa incontornável a ser assumida pela categoria.

Hoje temos certamente uma publicação consolidada graças ao trabalho e empenho de muitos musicoterapeutas que contribuíram para isto de diferentes

formas e, sem dúvida, a RBM representa um passo importante na luta pelo reconhecimento da carreira. Sem deixar de considerar o papel fundamental dos responsáveis mais diretos pela revista (editores, comissões, conselho editorial), cabe destacar o papel das associações na sua divulgação e distribuição, dos que escreveram os textos publicados, dos que os utilizaram em outros trabalhos acadêmicos como referência e de todos os que leem e consultam a publicação.

Como escrevemos acima, a criação da revista se deu ao mesmo tempo em que foi fundada a UBAM. Os dois movimentos se articulavam num importante momento da construção da carreira. As discussões em diversos países a respeito da identidade profissional levaram à formulação de uma definição de musicoterapia pela Federação Mundial de Musicoterapia e, no Brasil, as associações buscavam fazer avançar o reconhecimento da profissão tanto pelo governo, quanto pelas instituições de saúde e pela sociedade em geral. Discutiremos a seguir alguns aspectos da relação entre reconhecimento e identidade, procurando nas formulações de dois autores - Taylor e Honneth - elementos que nos ajudem a refletir sobre a experiência da musicoterapia.

Reconhecimento e identidade, segundo Taylor e Honneth

A ligação entre *reconhecimento* e *identidade*, que podem ser considerados como aspectos indissociáveis, tem se constituído em objeto de estudo de diversos autores no campo da filosofia e das ciências sociais. Aqui se considera que estudá-la aparece como necessidade para entender melhor o desenvolvimento da musicoterapia enquanto campo profissional. O trecho a seguir procurará apresentar algumas das contribuições de Axel Honneth² e

² Filósofo e sociólogo alemão, diretor, desde 2001, do Instituto de Pesquisa Social (Institut für Sozialforschung) da Universidade de Frankfurt, instituição fundada em 1924 que veio a ser conhecida como Escola de Frankfurt. O livro “Luta por reconhecimento – a gramática moral dos conflitos sociais” é proveniente da sua tese de livre-docência.

Charles Taylor³ ao debate em torno das questões de identidade e da luta por reconhecimento, debate que pode iluminar aspectos da própria experiência dos musicoterapeutas, profissionais que buscam consolidar uma carreira que enfrentou e enfrenta dificuldades em ter reconhecida a relevância clínica e científica de suas contribuições em diversos espaços sociais, assim como de ser compreendida a especificidade do seu trabalho.

No capítulo intitulado “A Política do Reconhecimento” do livro “Argumentos Filosóficos”, Taylor afirma que “identidade designa algo como a compreensão de quem somos, de nossas características definitórias fundamentais como seres humanos” (TAYLOR, 2000, p. 241). A articulação entre reconhecimento e identidade é assim apresentada:

A tese é de que nossa identidade é moldada em parte pelo reconhecimento ou por sua ausência, frequentemente pelo reconhecimento errôneo por parte dos outros, de modo que uma pessoa ou grupo de pessoas pode sofrer danos reais, uma real distorção, se as pessoas ou sociedades ao redor lhes devolverem um quadro de si mesmas redutor, desmerecedor ou desprezível. O não-reconhecimento ou o reconhecimento errôneo podem causar danos, podem ser uma forma de opressão, aprisionando alguém numa modalidade de ser falsa, distorcida, redutora (TAYLOR, 2000, p. 241).

A preocupação moderna com o reconhecimento e a identidade está ligada, segundo Taylor, a duas mudanças: “a primeira é o colapso das hierarquias sociais, que costumavam ser a base da honra. Emprego *honra* no sentido do *ancien régime*⁴, em que ela está intrinsecamente ligada a desigualdades” (TAYLOR, 2000, p. 242). Neste sentido, em sociedades formadas por senhores e servos, ou caracterizada pela existência de uma

³ Filósofo canadense, professor emérito da McGill University. Várias das suas obras estão traduzidas para o português.

⁴ Designação usada para o regime político francês que antecedeu a Revolução Francesa, caracterizado pelo absolutismo e pela aristocracia. O termo também é empregado para indicar o feudalismo como antecessor do capitalismo.

Revista Brasileira de Musicoterapia - Ano XVIII nº 20 ANO 2016.

SANTOS, M.A. Reconhecimento, identidade e musicoterapia – pensando sobre os 20 anos da Revista Brasileira de Musicoterapia. (p.8-23)

nobreza que se colocava acima das pessoas comuns, para que alguns tenham honra “é essencial que nem todos tenham” (idem, ibidem). Seria da natureza da honra exigir preferências e distinções. A essa noção elitista se opõe a “noção moderna de dignidade, agora usada num sentido universalista e igualitário que nos permite falar da ‘dignidade [inerente] dos seres humanos’ ou de dignidade do cidadão” (TAYLOR, 2000, p. 242). Apesar da mudança apontada por Taylor, não se pode negar a persistência nas sociedades capitalistas modernas de relações baseadas em distinções e prestígio. Os estudos sobre o campo da saúde, por exemplo, apontam sistematicamente a persistência de relações hierarquizadas entre os profissionais que nele atuam, reservando-se ao médico uma posição de maior prestígio e, sobretudo, de maior autoridade. Neste campo podemos registrar progressos em relação ao espaço ocupado pelos musicoterapeutas, mas é impossível negar que ainda existem muitas dificuldades. Recebidos inicialmente com desconfiança em várias instituições de saúde por profissionais que não acreditavam na seriedade do seu trabalho, muitos musicoterapeutas tiveram que lutar contra o “não-reconhecimento ou reconhecimento errôneo”, geradores de um aprisionamento no que Taylor chamou de uma “uma modalidade de ser falsa, distorcida, redutora”.

Outra mudança ligada à nova importância do reconhecimento apontada por Taylor é o que ele chama de uma nova compreensão da identidade individual que surgiu no final do século XVIII. Trata-se da “noção oitocentista de que os seres humanos são dotados de um sentido moral, de um sentido intuitivo acerca do que é certo ou errado” (TAYLOR, 2000, p. 243). Esta noção está ligada ao ideal de ser fiel a si mesmo, à maneira de ser própria de cada um, o que caracteriza o ideal de “autenticidade”, segundo Lionel Trilling⁵. Tal perspectiva se contrapunha à compreensão de certo ou errado como o resultado de um cálculo frio, enfatizando a relação entre moralidade e voz interior, sua ancoragem

⁵ Lionel Trilling (1905-1975), nascido em Nova York, é autor de “Sinceridade e Autenticidade – a vida em sociedade e a afirmação do eu”, publicado no Brasil.

Revista Brasileira de Musicoterapia - Ano XVIII nº 20 ANO 2016.

SANTOS, M.A. Reconhecimento, identidade e musicoterapia – pensando sobre os 20 anos da Revista Brasileira de Musicoterapia. (p.8-23)

em nossos sentimentos. Taylor cita Rousseau pela sua contribuição à difusão desta ideia ao apresentar com frequência “a questão da moralidade como a de seguir a voz da natureza em nós” (TAYLOR, 2000, p. 244). O ideal de autenticidade deve, por outro lado, a Herder “a ideia de que cada um de nós tem um modo original de ser humano: cada pessoa tem sua própria ‘medida’” (idem, *ibidem*). Este conceito de originalidade foi aplicado por Herder não apenas a pessoas, mas também a povos. Tal como as pessoas, estes deveriam ser fiéis à sua própria cultura. Essa se tornaria, segundo Taylor, uma ideia inspiradora do nacionalismo moderno, mas também podemos considerar que serve de base para unificar grupos de diversos tipos como músicos de rock, aficionados de games, profissionais de diversas categorias. Quando analisamos o desenvolvimento de uma carreira profissional, nos defrontamos com um complexo conjunto de características que a definem: teorias e ideias, conjuntos de valores que norteiam as suas práticas, métodos de trabalho, instituições e autores de referência, conhecimentos necessários e tipo de formação considerada adequada que indicam sua originalidade e estabelecem sua identidade. Alguns autores falam em uma cultura de grupos, ou subculturas. Um autor que merece especial atenção quando se trata de discutir as especificidades de um grupo profissional é Pierre Bourdieu que desenvolveu o conceito de *campo*⁶. Pela extensão dos textos e complexidade da sua análise não há espaço aqui para tal discussão ficando apenas algumas indicações: seu livro “As regras da arte” tem como subtítulo “Gênese e estrutura do campo literário” e o campo científico foi objeto de vários textos e livros⁷.

⁶ Ver texto intitulado “O campo científico” publicado no volume dedicado a Bourdieu na coleção Grandes Cientistas Sociais da Editora Ática. A coletânea é organizada por Renato Ortiz.

⁷ Alguns livros de Bourdieu que discutem o campo científico: “Os usos sociais da ciência – por uma sociologia clínica do campo científico” – Editora Unesp; “Para uma Sociologia da Ciência” – Edições 70; “O poder simbólico” – Difel.

Revista Brasileira de Musicoterapia - Ano XVIII nº 20 ANO 2016.

SANTOS, M.A. Reconhecimento, identidade e musicoterapia – pensando sobre os 20 anos da Revista Brasileira de Musicoterapia. (p.8-23)

Taylor argumenta que o ideal de autenticidade só pode ser entendido em sociedades nas quais a identidade não é fixada, como anteriormente nas sociedades hierárquicas. Embora não se pretenda discutir aqui tal argumento, cabe destacar que o mesmo poderia ser questionado se considerarmos que, se nas sociedades do *ancien régime* “aquilo que hoje chamamos de identidade era fixado em larga escala pela posição social de cada um” (TAYLOR, 2000, p. 245-6), nas sociedades capitalistas modernas a origem de classe marca profundamente as identidades e possibilidades de cada indivíduo embora, nem sempre, de forma tão evidente. De qualquer modo, nos interessa aqui reter a ideia de que autenticidade envolve, pelo menos em certa medida, uma liberdade de escolha.

A identidade não é fixada de forma monológica, mas “em diálogo com as coisas que nossos outros significativos desejam ver em nós – e por vezes em luta contra essas coisas” (TAYLOR, 2000, p. 246). Se a identidade tem uma dimensão individual, ela não se constitui no isolamento o que significa que é negociada por meio do diálogo. Por depender de relações dialógicas, a identidade gerada interiormente dá enorme importância ao reconhecimento. O que há de novo na necessidade moderna de reconhecimento? Nas sociedades antigas esta também se colocava, embora o reconhecimento geral estivesse, neste caso, fixado e ligado à posição social. “O que surgiu com a era moderna não foi a necessidade de reconhecimento, mas as condições em que a tentativa de ser reconhecido pode malograr” (idem, ibidem). Na medida em que o reconhecimento depende dos relacionamentos com o outro, estes se tornam, na cultura da autenticidade, os locais-chave da autodescoberta e da autoafirmação.

Segundo Taylor, o discurso do reconhecimento se desenvolveu em dois níveis: na esfera íntima e na esfera pública. Embora a discussão do autor a respeito da primeira seja muito importante para os musicoterapeutas, nos ateremos às questões do reconhecimento na esfera pública. Discutindo a

formação da autoimagem a partir de pressões externas, Taylor se refere a Frantz Fanon

que, em seu influente *Les Damnés de la terre*⁸ (1961), alegou que a principal arma dos colonizadores era a imposição de sua imagem do colonizado aos povos subjugados. O colonizado, a fim de libertar-se, tem antes de tudo de se purgar dessas autoimagens depreciativas (TAYLOR, 2000, p. 268).

Fanon destaca a ligação entre força e “convencimento” como aspectos interligados da dominação colonial. Paulo Freire escreveu sobre como o opressor se instala no interior, na própria consciência do oprimido e Gramsci chamará de hegemonia esta articulação entre força e convencimento que se encontra no interior das diversas sociedades capitalistas como forma de garantir a dominação de uma classe sobre as outras. A hegemonia possibilita que um grupo possa ser, além de dominante (pela força), também dirigente (pelo convencimento ou, pelo menos, pela neutralização dos seus adversários). Faz parte da disputa pela direção de uma sociedade o estabelecimento dos valores dominantes na sua cultura. É nestes termos que Marx afirmava que os valores dominantes numa sociedade são os valores da classe dominante.

Quando nos voltamos para o campo da musicoterapia podemos identificar um conjunto de padrões dominantes tanto sociais (como o modelo de saúde centrado no médico), como acadêmicos (as certificações e autoridades mais ou menos reconhecidas) e científicos (as concepções de ciência, de conhecimento, de saúde, de pesquisa etc.). Sem pretender produzir uma análise aprofundada do campo da musicoterapia procuraremos apontar alguns aspectos importantes para a discussão sobre reconhecimento. Os padrões dominantes, acima

⁸ FANON, F. *Os condenados da terra*. Juiz de Fora, MG: Editora Universidade Federal de Juiz de Fora, 2010.

Revista Brasileira de Musicoterapia - Ano XVIII nº 20 ANO 2016.

SANTOS, M.A. Reconhecimento, identidade e musicoterapia – pensando sobre os 20 anos da Revista Brasileira de Musicoterapia. (p.8-23)

referidos, determinam⁹ não só posturas em relação a concepções de saúde e de ciência, mas até as formas de apresentação dos nossos trabalhos. Parece que, para sermos reconhecidos como uma profissão de valor para a saúde e respeitável cientificamente, teremos de adotar acriticamente as posturas profissionais, os modelos de pesquisa e de vida acadêmica dominantes em outras áreas como se fossem “naturais”.

Bourdieu afirma que “o campo científico, enquanto sistema de relações objetivas entre posições adquiridas (em lutas anteriores), é o lugar, o espaço de jogo de uma luta concorrencial” (1983, p. 122). Para ele o que está em jogo é “o monopólio da autoridade científica definida de maneira inseparável, como capacidade técnica e poder social” (idem, ibidem). Assim, é importante considerar que a luta pelo reconhecimento se dá não apenas entre grupos, mas no interior dos próprios grupos. Adotar padrões de “cientificidade” consagrados em áreas de maior prestígio pode se constituir em estratégia para obter reconhecimento dentro do grupo (da musicoterapia) e fora dele (universidades, instituições de saúde, agências de pesquisa etc.). Isso, no entanto, envolve riscos já que por vezes os modelos adotados em outras áreas sufocam ou desconsideram a própria especificidade de uma profissão que busca articular arte e ciência, dois tipos de experiência humana bastante diversos, o que torna a sua articulação um trabalho que exige grande cuidado e delicadeza. Sem isso, arte e ciência em lugar de se harmonizarem, entram numa competição destrutiva na qual os valores de um exigem o sacrifício dos do outro.

Axel Honneth publicou em 1992 um livro, produzido a partir de tese de livre-docência, intitulado *Luta por reconhecimento – a gramática moral dos*

⁹ Utilizo determinar no sentido que lhe dá Raymond Williams, isto é, “determinação” não como uma “causa externa que prefigura por completo e que de fato controla totalmente uma atividade ulterior”, mas como “um processo de fixar limites e exercer pressões” (WILLIAMS, 2011, p. 44).

Revista Brasileira de Musicoterapia - Ano XVIII nº 20 ANO 2016.

SANTOS, M.A. Reconhecimento, identidade e musicoterapia – pensando sobre os 20 anos da Revista Brasileira de Musicoterapia. (p.8-23)

*conflitos sociais*¹⁰ e que tem como fontes principais o jovem Hegel e a psicologia social de George Herbert Mead.

Honneth parte dessas duas fontes principais [Hegel e Mead] para construir uma tipologia formada por *três formas distintas de reconhecimento*. Assim, para ele, na dimensão das relações primárias, a forma de reconhecimento está associada a *amor e amizade*; na dimensão das relações legais, ela é identificada como *direitos*; e na da comunidade de valor, a forma de reconhecimento é a *solidariedade*. Para cada uma dessas dimensões há também uma *relação prática do indivíduo com o self*, relações essas que são definidas, respectivamente, como *autoconfiança*, *auto-respeito* e *auto-estima* (SILVA, 2000, P.125).

O autor refere-se a três esferas ou níveis de reconhecimento. Para fundamentar o primeiro, Honneth recorre às categorias de dependência absoluta e dependência relativa desenvolvidas por Winnicott. Na primeira, que compreende, em média, os seis primeiros meses de vida do bebê, ele e sua mãe se encontram num estado de relação simbiótica. Finda essa fase, a criança já não considera a mãe como parte de seu mundo, mas como algo com direitos próprios e a mãe, por sua vez, deve aceitar o progressivo amadurecimento do bebê. Nesse processo, se trava uma espécie de luta através da qual a criança vai se tornando capaz de reconhecer a mãe como um ser independente, ao mesmo tempo em que experimenta o cuidado paciente e permanente da mãe. Essa experiência possibilita o desenvolvimento de uma relação positiva da criança consigo mesma e é a base do que Honneth chama de *autoconfiança*.

A segunda esfera do reconhecimento se refere às relações de direitos. Da mesma forma que Taylor, Honneth sustenta que, na modernidade, o sistema jurídico não pode mais permitir a atribuição de exceções ou privilégios em função de status social e que as três esferas de direito descritas por T. H. Marshal (os

¹⁰ “Kampf um Anerkennung” foi publicado no Brasil em 2003, tendo uma 2ª edição em 2009.

direitos civis, políticos e sociais) são os fundamentos da forma de reconhecimento do direito.

A forma de reconhecimento do direito contempla não só as capacidades concretas necessárias para uma existência digna, em outras palavras, a esfera do reconhecimento jurídico cria as condições que permitem ao sujeito desenvolver *auto-respeito* (SAAVEDRA e SOBOTTKA, 2008, p. 12).

O reconhecimento do direito enfatiza uma dimensão igualitária e universalizante. Honneth cita em seu livro um trecho de Feinberg onde este afirma que “ter direitos nos capacita a ‘manter-nos como homens’, a olhar os outros nos olhos e nos sentir, de uma maneira fundamental, iguais a qualquer um” (FEINBERG *apud* HONNETH, 2015, p.196).

Essas duas formas de reconhecimento, no entanto, não são suficientes, segundo Honneth: “para poderem chegar a uma autorregulação infrangível, os sujeitos humanos precisam ainda de uma estima social que lhes permita referir-se positivamente a suas propriedades e capacidades concretas” (HONNETH, 2009, p. 198). A luta por reconhecimento se torna, nesta perspectiva, muito mais do que um aspecto acessório na vida de um indivíduo ou grupo porque é a partir dela que se conquista, segundo esses autores, *autoconfiança*, *autorrespeito* e *autoestima*, sem os quais a própria identidade se constrói adoecida e fragilizada.

A Revista Brasileira de Musicoterapia e a luta pelo reconhecimento da Musicoterapia

Quando a Revista Brasileira de Musicoterapia completa 20 anos de existência cabe lembrar uma frase de Hegel para quem “pensar a vida, eis a tarefa”. Analisando a obra deste filósofo, Châtelet escreveu que, para Hegel, “a

Revista Brasileira de Musicoterapia - Ano XVIII n° 20 ANO 2016.
SANTOS, M.A. Reconhecimento, identidade e musicoterapia – pensando sobre os 20 anos da Revista Brasileira de Musicoterapia. (p.8-23)

vida que se dá a pensar é o conjunto das ações dos homens na sua realidade dolorosa e inventiva” (CHÂTELET, 1974, p.173-174).

Pensar a vida é conhecer o devir efetivo das sociedades; é retomar o presente como resultado de um longo e dramático processo que o produziu; é compreender o passado como etapa de formação da situação contemporânea (p.175).A verdade não é um fato, mas um resultado: seu enunciado só vale na medida em que produz os momentos de seu desenvolvimento; o ser-verdadeiro só tem sentido se exhibe o processo pelo qual se tornou verdadeiro (CHÂTELET, 1974, p. 178).

Nos últimos vinte anos, a RBM se constituiu num dos mais importantes espaços para pensar a vida da musicoterapia, espaço de exposição do processo de desenvolvimento da carreira do ponto de vista acadêmico. Deu visibilidade a métodos e concepções de pesquisa utilizados por musicoterapeutas, trouxe à luz teorias e conceitos, apresentou experiências e métodos clínicos. Desvelou elementos do movimento real da carreira possibilitando o debate e o diálogo interno e expondo a produção dos profissionais.

A RBM se caracteriza assim, historicamente, como um elemento fundamental no desenvolvimento do processo de reconhecimento da carreira e na produção de sua identidade, tarefas sempre inconclusas e que se constituem em desafio permanente para todos os que atuam no campo. Nela se expressam, ao longo de 20 anos, reflexões e estudos, clínica e pesquisa e assim a revista se insere no diálogo constante entre os musicoterapeutas e com os nossos “outros significativos” com quem nos defrontamos na clínica, na academia e nos diversos contextos sociais e onde construímos e reconstruímos constantemente a identidade da carreira.

MUSICOTERAPIA

Referências bibliográficas

BOURDIEU, Pierre. O campo científico. BOURDIEU, P. **Sociologia**. Organizador: Renato Ortiz. Coleção Grandes Cientistas Sociais. São Paulo: Ática, 1983.

CHÂTELET, François. G. W. F. Hegel in CHÂTELET, F. (org). **História da Filosofia vol. 5 - A Filosofia e a História (De 1780 a 1880)**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1974.

HONNETH, Axel. **Luta por Reconhecimento** – a gramática moral dos conflitos sociais. São Paulo: Editora 34, 2009, 2ª ed.

SAAVEDRA, Giovani Agostini e SOBOTTKA, Emil Albert. Introdução à teoria do reconhecimento de Axel Honneth. **CIVITAS**, vol. 8 n.1 p. 9-18 jan. abr. 2008. *Porto Alegre*.

SANTOS, Marco Antonio Carvalho. Musicoterapia – aspectos da construção de uma carreira. **Revista Brasileira de Musicoterapia ano I nº 2**, Rio de Janeiro, 1996.

SILVA, Josué Pereira da. Cidadania e Reconhecimento in AVRITZER, L. e DOMINGUES, J. M. (orgs.) **Teoria social e modernidade no Brasil**. Belo Horizonte: UFMG, 2000.

TAYLOR, Charles. **Argumentos Filosóficos**. São Paulo: Edições Loyola, 2000.

WILLIAMS, Raymond. **Cultura e materialismo**. São Paulo: UNESP, 2011.

Enviado em 21/06/2016
Revisado em 26/09/2016

MUSICOTERAPIA

Revista Brasileira de Musicoterapia - Ano XVIII nº 20 ANO 2016.
SANTOS, M.A. Reconhecimento, identidade e musicoterapia – pensando sobre os 20 anos da Revista Brasileira de Musicoterapia. (p.8-23)